

**Faculdade de Direito da USP – FDUSP**  
**Exame de seleção para a Pós-Graduação - 2007**

**I T A L I A N O**

A prova consta de tradução de um texto e 20 questões em forma de teste de múltipla escolha. A tradução vale 60% da prova, ficando os demais 40% para os testes.

**Instruções**

- Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.
- Em cada teste há 5 alternativas, sendo correta apenas uma.
- Preencha completamente o alvéolo, utilizando necessariamente caneta esferográfica (azul ou preta).



Certo



Errado



Errado

- Não deixe questões em branco.
- A devolução do caderno, no final da prova, é obrigatória.
- No final da prova, poderá ser levado **somente** o gabarito.
- Duração da prova: 2h30min.
- Não será permitido o uso de dicionários.

A DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DESTA PROVA OCORRERÁ NO DIA 20 DE SETEMBRO NO SITE DA FUVEST ([www.fuvest.br](http://www.fuvest.br)). INFORMAÇÕES SOBRE A PROVA DISSERTATIVA DEVEM SER OBTIDAS JUNTO À COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO.

## TRADUÇÃO

### Quei divieti non realistici

Intercettazioni. Da tempo investita dalle polemiche, soprattutto a causa di certi innegabili abusi nella pubblicazione dei testi di conversazioni intercettate, la disciplina delle intercettazioni telefoniche e ambientali è oggi al centro del disegno di legge presentato dal ministro Mastella. Alla sua base vi è la prevista istituzione, presso ogni Procura, di un "archivio riservato" come luogo di custodia, tra l'altro, dei verbali e delle registrazioni delle conversazioni intercettate ritenute (dal pubblico ministero o dal giudice) prive di rilevanza, in quanto relative a persone o circostanze estranee alle indagini. Salva restando, peraltro, la facoltà dei difensori delle parti di prenderne conoscenza per una eventuale diversa valutazione, anche allo scopo di richiederne, se del caso, l'acquisizione al processo.

Viene in tal modo avviato a soluzione – grazie al recupero di un congegno normativo già a suo tempo proposto dal guardasigilli Flick, e più volte riproposto su queste colonne - il problema nascente dal rischio di una incontrollabile circolazione nelle carte processuali (ma anche al di fuori di esse) della documentazione di intercettazioni su temi non rilevanti rispetto alla vicenda giudiziaria. Poiché, infatti, tutti gli atti custoditi nel suddetto archivio riservato saranno coperti da segreto, a tutela della *privacy*, e posti sotto la sorveglianza del Procuratore della Repubblica, è verosimile che si riesca così a evitare in futuro lo scandalo della pubblicazione di conversazioni private per nulla ricollegabili alle indagini in corso.

Vittorio Grevi, **Corriere della Sera**, 07/08/2006

**ATENÇÃO:** A tradução não pode ultrapassar o espaço a ela destinado.

### CRITÉRIOS DE CORREÇÃO DA TRADUÇÃO

- ✓ Compreensão geral do texto
- ✓ Compreensão específica de termos e estruturas
- ✓ Legibilidade do texto em português

**“La nomina con il voto degli scienziati”  
Proposta di Giorgio Parmiani**

5 La discussione sulle nomine di tecnici-scienziati alla Direzione Scientifica degli enti pubblici di ricerca ripropone per l'ennesima volta il problema della diversità tra l'Italia e gli altri paesi occidentali. La meritocrazia in questi ultimi, a confronto con l'inaccettabile influenza politico-partitica nel nostro caso. La mia proposta raccoglie quella già avanzata dai ricercatori del CNR\* (votazione da parte di tutti gli scienziati dell'Ente interessati) preceduta però da una selezione delle domande da parte di una commissione formata da ricercatori/clinici di riconosciuta fama scientifica e al di sopra delle parti [...], con presenza di membri stranieri. La commissione (una per ogni disciplina, tre membri di cui uno straniero sono sufficienti) valuta le domande, esprime un giudizio scritto sulla caratura scientifica e la dimostrata capacità gestionale e manageriale dei candidati e propone una graduatoria. Il primo della lista si espone poi al giudizio di chi compone lo staff clinico-scientifico e anche amministrativo dell'ente che è destinato a dirigere (e dai quali dovrebbe ottenere almeno il 51% dei consensi). Questo sistema non è perfetto ma sicuramente migliore dell'attuale perché combina selezione di esperti con la partecipazione di coloro che saranno “governati”.

\*CNR = Consiglio Nazionale delle Ricerche

Giorgio Parmiani (Direttore Generale Istituto Nazionale dei Tumori di Milano), **Corriere della Sera**, 07/08/2006. Adaptado.

**01** De acordo com o texto, atualmente, na Itália, a nomeação das Diretorias Científicas dos órgãos públicos de pesquisa

- a) obedece a critérios meritocráticos.
- b) é sujeita a influências político-partidárias.
- c) não obedece à ordem de classificação nos concursos.
- d) não é realizada dentro do prazo de validade dos concursos.
- e) não está sujeita a imposições governamentais.

**02** De acordo com o texto, a proposta de Giorgio Parmiani

- a) retoma uma proposta já apresentada pelos pesquisadores do CNR.
- b) foi aprovada por unanimidade pelo Instituto Nacional dos Tumores de Milão.
- c) corre o risco de ser descartada por um vício formal.
- d) elege critérios não condizentes com aqueles dos demais países europeus.
- e) deveria ser adotada no futuro pelos demais países europeus.

**03** Segundo o texto, as comissões que avaliarão as candidaturas aos cargos de direção científica dos órgãos públicos de pesquisa devem ser compostas por

- a) membros da equipe clínico-científica do próprio órgão.
- b) três membros italianos e um estrangeiro.
- c) pesquisadores e clínicos altamente conceituados no meio científico.
- d) técnicos de comprovada experiência na administração de estruturas públicas.
- e) quatro membros, entre os quais, pelo menos um cientista de renome internacional.

**04** De acordo com a proposta de Giorgio Parmiani, as escolhas das comissões que devem avaliar as candidaturas aos cargos de direção científica dos órgãos públicos de pesquisa

- a) não devem ser baseadas em critérios meritocráticos.
- b) devem ser aprovadas pela equipe clínico-científica e administrativa do órgão em questão.
- c) podem estar sujeitas a influências políticas e partidárias.
- d) não devem submeter-se a critérios alheios à realidade nacional italiana.
- e) devem levar em conta a orientação política dos candidatos.

**Cidadinanzza italiana, cosa prevede il Ddl\***

Roma – Da 10 a 5 anni. È questo uno dei punti principali contenuti nel Ddl approvato questa mattina dal Consiglio dei ministri sulle nuove norme per richiedere la cittadinanza italiana. Il Ddl, che ora dovrà affrontare l'iter parlamentare prevede anche lo *ius soli* per i figli di stranieri e la verifica, anche per chi sposa un italiano, di una reale integrazione nella cultura italiana.

Potranno diventare cittadini italiani i bambini nati nel nostro Paese da genitori stranieri (almeno uno residente legalmente in Italia senza interruzioni da 5 anni). Una volta compiuti i 18 anni i ragazzi potranno scegliere se mantenere la cittadinanza italiana oppure no. Il Ddl prevede lo *ius domiciliis* per chi si trova a vivere nel nostro Paese durante gli anni decisivi della formazione della personalità. Per poter usufruire di questo diritto (presupposto inderogabile è che uno dei genitori risieda in Italia da 5 anni) i presupposti sono sia la durata della vita (almeno 5 gli anni), sia la qualità della vita trascorsa in Italia (partecipazione alla scuola, alla formazione professionale, al mondo del lavoro). Più rigorosi i termini per l'acquisto della cittadinanza *iure matrimonii*, per contrastare i cosiddetti “matrimoni di comodo”. L'acquisizione potrà avvenire dopo 2 anni dalle nozze; tre se il matrimonio è stato celebrato all'estero.

**La Repubblica.it**, 04 agosto 2006. Adaptado.

\* Ddl = disegno di legge

**05** De acordo com o texto, o projeto de lei que propõe as novas normas para obtenção da cidadania italiana

- a) deve ser ainda votado em todas as instâncias.
- b) é muito bem visto por todos os partidos políticos italianos.
- c) é defeituoso do ponto de vista jurídico.
- d) foi aprovado pelo Conselho dos Ministros.
- e) não está de acordo com as normas do direito internacional.

**06** De acordo com o texto, o *ius soli* pode ser aplicado a

- a) estrangeiros, desde que pertençam à União Européia.
- b) estrangeiros residentes na Itália, há pelo menos cinco anos.
- c) esposas de estrangeiros, residentes na Itália.
- d) imigrantes que demonstrem sua real integração na sociedade italiana.
- e) filhos de estrangeiros, nascidos na Itália.

**07** Conforme o texto, o novo projeto de lei prevê a aplicação do *ius domiciliis*

- a) a quem se casa com cidadãos italianos, após sua real integração na sociedade italiana.
- b) a quem é obrigado a escolher entre duas cidadanias.
- c) aos imigrantes nascidos em território italiano.
- d) a quem mora ou morou na Itália durante os anos decisivos para a formação da personalidade.
- e) aos imigrantes que vivem na Itália ou em qualquer país da União Européia.

**08** No texto, a expressão “matrimoni di comodo”(l. 22) significa casamentos

- a) entre conterrâneos.
- b) independentes do *ius matrimonii*.
- c) felizes.
- d) fáceis.
- e) realizados com o único fim de obter a cidadania.

**09** De acordo com o texto, o novo projeto de lei prevê

- a) menor rigor para as crianças nascidas na Itália, mesmo que de pais estrangeiros.
- b) maior rigor nos casos de pedidos de cidadania *iure soli*.
- c) concessão da cidadania por meio das normas antigas.
- d) maior rigor no caso daqueles que solicitam cidadania *iure matrimonii*.
- e) menor rigor para imigrantes que não tenham antecedentes criminais.

**10** De acordo com o texto, a cidadania italiana poderá ser concedida a

- a) pessoas que se casaram com cidadãos italianos, em território italiano, há mais de dois anos.
- b) pessoas que se casaram com cidadãos italianos, em território estrangeiro, há menos de dois anos.
- c) maiores de 18 anos, que tenham enfrentado o *iter* parlamentar.
- d) menores de 18 anos, desde que ambos os pais residam na Itália, há pelo menos quatro anos.
- e) maiores de 18 anos, dispostos a renunciar à cidadania do país de origem.

### “Primari, obbligo di esclusiva”. Scontro sul piano del ministro.

Roma – Non cerca un agosto tranquillo, Livia Turco. Non ancora quietate le polemiche per la deposizione del professor Cognetti dalla direzione scientifica del Regina Elena, ecco che il ministro della Salute torna ad animare la settimana politica del preferragosto. 5

Con un'intervista a *Repubblica* in cui fra l'altro progetta di ristabilire, con disegno di legge, l'obbligo di esclusiva per i circa 10.000 primari italiani. “Basta col doppio lavoro, devono scegliere tra sanità pubblica e privata”, ha dichiarato ieri la Turco. “Non vogliamo intaccare in alcun modo il diritto dei medici all'esercizio della libera professione, però primari e capi dipartimento in tal caso dovranno rinunciare all'incarico ospedaliero”. 10

Proteste - Una riforma che non piace per niente a gran parte dell'opposizione. E se è per questo nemmeno al verde Tommaso Pellegrino: “Non vedo perché il problema dell'incompatibilità debba porsi solo per i medici, sarei d'accordo se fossero eliminati i doppi incarichi per tutte le professioni, politici compresi. I medici che fanno bene il proprio mestiere non rubano soldi a nessuno”. “Ecco, dopo avvocati, farmacisti e tassisti, il governo ha già individuato la prossima vittima”, osserva Italo Occhino di An. Indignato per l'attacco ai professionisti: “La Turco chiede l'esclusiva senza riflettere sull'esiguità dei loro stipendi”. E immagina il fuggi fuggi dei camici bianchi gallonati: “Così le strutture pubbliche si svuoteranno delle migliori professionalità a vantaggio di quelle private, dove magari poi investiranno le coop rosse”. Fabrizio Cicchitto, vicedirettore di Forza Italia: “Le affermazioni del ministro Turco sono di una gravità straordinaria. Siccome gli stipendi dei medici sono quello che sono è evidente che questo è un attacco non solo all'élite medica ma anche alla sanità pubblica. Oltre che ai ceti più poveri che solo negli ospedali possono permettersi cure di qualità”. Adotta la metafora barbarica Francesco Giro: “La Turco sembra Attila, proprio vero che al peggio non c'è mai fine, *aridatece* la Bindi con tutti i suoi disastri”. 15 20 25 30 35

G.Ca., *Corriere della Sera*, 07/08/2006. Adaptado.

**11** De acordo com o texto, as declarações de Livia Turco

- a) chegaram em boa hora.
- b) são metáforas “bárbaras”.
- c) não trarão consequências práticas.
- d) são falsas promessas.
- e) desagradaram grande parte da oposição.

**12** O verbo “intaccare” (l. 10) significa

- a) sensibilizar.
- b) destacar.
- c) prejudicar.
- d) perder.
- e) controlar.

**13** De acordo com o texto, a ministra Livia Turco pretende

- a) demitir o prof. Cognetti da Direção Científica do Hospital Regina Elena.
- b) acalmar as polémicas surgidas, em ocasiões anteriores.
- c) estimular as atividades de pesquisa dos profissionais mais qualificados.
- d) limitar as despesas do governo com os altos salários dos *primari* [médicos-chefes] dos hospitais públicos.
- e) obrigar os *primari* [médicos-chefes] dos hospitais públicos italianos a um regime de dedicação exclusiva.

**14** A palavra “verde”, aplicada a Tommaso Pellegrino (l. 17), significa

- a) pobre.
- b) jovem.
- c) membro do Partido Verde.
- d) fresco.
- e) vivaz.

**15** De acordo com o que Italo Occhino declara no texto, os *primari* [médicos-chefes] italianos

- a) ganham salários exíguos.
- b) já foram vítimas de vários governos.
- c) deveriam se aliar a outras categorias de profissionais.
- d) são profissionais de baixo nível.
- e) devem aceitar bem as propostas de Livia Turco.

**16** De acordo com Tommaso Pellegrino,

- a) haverá fuga dos médicos mais qualificados dos hospitais públicos.
- b) não deveria haver interferência do governo na administração dos hospitais públicos.
- c) deveriam ser eliminados os duplos empregos em todas as profissões.
- d) não há incompatibilidade entre as duas propostas da ministra Turco.
- e) não há necessidade de debater a referida questão.

### Stranieri e voto: verso l'Unione con l'incognita delle liste etniche

*Finalmente gli immigrati che abitano stabilmente nel nostro Paese potranno godere, sia pur in modo graduale, del diritto di voto. Com'era prevedibile, sono sorte molteplici discussioni sui loro possibili orientamenti. L'argomento ha un certo rilievo, poiché, se verranno mantenuti i criteri annunciati, i nuovi aventi diritto suffragio costituiranno una componente assai significativa del corpo elettorale, potenziamente in grado di provocare mutamenti anche rilevanti negli equilibri tra le componenti politiche attuali. Specie nei contesti territoriali dove gli immigrati rappresentano una realtà numericamente consistente. Al riguardo si è parlato, ad esempio, di una funzione di “contrappeso” da parte degli immigrati nelle aree in cui la Lega Nord è più presente. Si tratta tuttavia di ipotesi la cui fondatezza è tutta da verificare. Per diversi motivi:*

- a) *il livello di affluenza alle urne. Che potrebbe essere molto differenziato. Più elevato tra i gruppi etnici che già sono maggiormente partecipi della vita sociale politica (e, spesso, sindacale) del Paese. E molto più attenuato – se non nullo – tra quanti sono stati sin qui disinteressati o, in certi casi, estranei. [...].*
- b) *la eterogeneità delle componenti etniche e il diverso orientamento attuale di queste ultime. Già oggi gli immigrati, lungi dal rappresentare un insieme politico omogeneo politicamente, si articolano secondo diverse tendenze, perlopiù legate alla origine territoriale. [...].*
- c) *la probabile formazione di liste ad hoc. È infatti ragionevole pensare, anche sulla base dell'esperienza di altri Paesi, che, nel momento della scelta di voto, alla simpatia per l'una o l'altra forza politica attuale possa prevalere in buona parte degli immigrati il senso dell'identità di gruppo e il desiderio di difesa degli interessi di quest'ultimo. Ciò potrebbe portare alla formazione di liste di rappresentanza specifiche degli immigrati [...]. I cui orientamenti riguardo agli schieramenti attuali rappresentano per molti versi un'incognita.*

*Se è vero dunque che, sulla base delle ricerche condotte fin qui, gran parte degli immigrati sembrerebbe oggi aderire più al centrosinistra che al centrodestra, è vero anche che si tratta di uno scenario suscettibile di mutamenti ed evoluzioni molto rilevanti. Insomma, stimare oggi il comportamento elettorale degli immigrati, oltre che arduo, parrebbe da molti punti di vista fuori luogo. [...]*

*Il dato prevalente – e rilevantissimo – è costituito oggi dall'adeguamento dell'Italia a livelli di democrazia e di civiltà già assunti da tempo da molti altri Paesi.*

Renato Mannheimer, *Corriere della Sera*, 07/08/2006.  
Adaptado.

**17** Conforme o texto, segundo alguns, os

- a) imigrantes devem votar de acordo com sua origem territorial.
- b) imigrantes representam um conjunto politicamente homogêneo.
- c) votos dos imigrantes favorecerão a *Lega Nord*.
- d) votos dos imigrantes podem mudar os equilíbrios políticos na Itália.
- e) votos dos imigrantes podem ser sujeitos a manipulações.

**18** Assinale a alternativa correta, de acordo com o texto.

- a) A afluência às urnas, por parte de todos os imigrantes, será intensa.
- b) A afluência às urnas pode ser maior entre os imigrantes que participam com maior intensidade da vida social e política do país.
- c) A intensidade da afluência às urnas será calculada com base na média internacional.
- d) A aplicação do direito de voto aos imigrantes será imediata e irrestrita.
- e) O governo já forneceu informações sobre os níveis de afluência às urnas.

**19** Assinale a alternativa correta, de acordo com o texto.

- a) É provável a formação de listas de representação dos próprios imigrantes.
- b) Os imigrantes, inseridos na vida política, já estão apresentando seu candidatos a alguns partidos.
- c) O novo projeto prevê que o voto seja obrigatório e secreto.
- d) Os votos dos imigrantes terão um peso diferente dos votos dos cidadãos italianos.
- e) Os imigrantes só poderão eleger candidatos das listas *ad hoc*.

**20** A expressão “al riguardo” (ls.11 e 12) significa

- a) na linha de chegada.
- b) a este propósito.
- c) sob todos os aspectos.
- d) com resguardo.
- e) sob o ponto de vista de alguém.